

ENCONTRO ANUAL | Rede de Centros de Recursos em Conhecimento

IEFP | Auditório | Rua de Xabregas, 52 | LISBOA | **19 junho 2012** | 09H30-17H00

(Cluster Formação para o Desenvolvimento Regional e Local)

INSERÇÃO, EMPRESAS E TERRITÓRIOS

O paradigma da formação é a inserção profissional. O das empresas, a produtividade. E o das organizações sociais, frequentemente a formação dos indivíduos, actores de ambas, mesmo se em momentos e territórios diferentes.

Já se assume a formação, também como desígnio das empresas, porque se espera dela o aumento ou a consolidação da produtividade. Então, porque não esperar das mesmas e com o mesmo fito, a inserção profissional? Não é isso que fazem afinal, mesmo se sob outra designação, a da empregabilidade, por exemplo?

É certo que, habitualmente, são as organizações sociais que assumem a inserção profissional como objecto da sua intervenção e da sua própria razão estatutária. Contudo, o emprego, aonde esperam colocar os seus públicos, é atributo empresarial. Não é possível inserção profissional sem emprego e não há empresas sem empregados nem empresas bem sucedidas sem trabalhadores bem inseridos.

Se em comum têm ambas (empresas e organizações sociais) recursos humanos a valorizar profissionalmente, rentabilizando-os e integrando-os, respectivamente, como explicar a distância e a falta de articulação habitual entre esses dois territórios?

É então chegado o tempo de, pelo menos, iniciar o debate sobre as possibilidades de articulação entre organizações sociais e empresas, sobretudo pequenas e médias. De facto, as organizações sociais dispõem de experiência e recursos justificados e formatados pela promoção do emprego de indivíduos, ou seja dos recursos humanos, tanta vez em falta nas pequenas e médias empresas, pelo menos no que à gestão de recursos humanos diz respeito.

Atevemo-nos, por isso, a propor que passemos do binómio “formar para inserir” ao binómio “inserir para formar”, partindo das empresas que necessitam de indivíduos eficazes e que essa eficácia seja potenciada pelo acompanhamento, formação e orientação dos trabalhadores, na promoção conjunta da inserção e do seu emprego estável e duradouro.

A nossa proposta passa, por isso, pela aproximação entre organizações sociais e empresas. Exemplo das primeiras, a AMS actua, precisamente, na promoção da empregabilidade e da inserção de públicos em

Centro de Recursos em Conhecimento

desfavorecimento face ao mercado de trabalho, mobilizando parcerias e apostando na proximidade das organizações. O segundo testemunho, de um empresário agrícola, poderá ajudar-nos a identificar eventuais dificuldades no tocante à gestão dos seus recursos humanos e a abrir algumas pistas para a colaboração.

Então, que obstáculos e que vantagens na articulação concertada desses dois territórios, o do empresarial e o do social, se ambos se cruzam em estratégias de e para o emprego?

E os serviços públicos, por exemplo os do emprego, habitualmente exclusivos na relação bilateral com cada um deles, como se situariam nesta nova triangulação? Admitem participar e investir, ou deixarão a nova relação evoluir, com custos e benefícios, financeiros, sociais e económicos, que lhe escapam?

O investimento público nas medidas sociais alternativas ao emprego – pelo menos parte dele – não poderia reverter, de forma mais eficiente, na promoção do mesmo, através das organizações sociais, sem custos acrescidos para as empresas? Ou estarão estas disponíveis a assegurar esse investimento financeiro ou a negociá-lo e, eventualmente, revertê-lo em troca de serviços com aquelas?

Porque não aproveitar a crise para implementar soluções inovadoras?

Carlos Caixas
CRC IN(for)DEMO
Moimenta da Beira, 14/06/12